



Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament  
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaminnt na hÉirípa  
Europski parlament Parlamento europeo Eirópas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament  
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European  
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

S. E. a Ministra da Administração Interna,  
Prof. Doutora Anabela Rodrigues,

Bruxelas, 17 de Setembro 2015

**Assunto: Atuação da polícia de Angola em território português**

*Senhora Ministra,*

Foi noticiado recentemente no site MakaAngola que dois agentes da investigação criminal angolana, o Dr. Pedro da Graça Vandúnem João, do Serviço de Investigação Criminal, e o Dr. Luciano Chaca, vice-procurador-geral da República de Angola, se deslocaram a Portugal para proceder a um interrogatório, no âmbito de um processo judicial, a um cidadão angolano, o professor Alberto Neto, residente na Suécia. O Professor Neto teria sido contactado antes por um membro do Serviço de Investigação Criminal (SIC) de Angola e afirmado que estava em Lisboa.

Os representantes das autoridades angolanas trouxeram consigo um documento do Ministro do Interior, Ângelo de Veiga Tavares, que os autorizava a levar a cabo a operação, isto é, a interrogar Alberto Neto fora do território angolano. Contudo, não forneceram a Alberto Neto, a seguir ao interrogatório, qualquer documento acerca das suas declarações.

A propósito do sucedido, solicito os seguintes esclarecimentos:

- 1 - Teve o Governo conhecimento da realização de um interrogatório levado a cabo por autoridades angolanas em território português? Foram o MAI, MNE ou MJ previamente notificados? Houve autorização por parte de autoridades portuguesas para ocorrência desse ato processual em Portugal?
- 2 - Se não houve conhecimento prévio, tomou a Senhora Ministra a iniciativa de apresentar protesto do Governo de Portugal às autoridades angolanas sobre esta violação da soberania nacional e do direito internacional, exigindo um pedido de desculpas?

*Com cordiais cumprimentos,*  
*Ana Gomes*

Ana Gomes  
Deputada ao Parlamento Europeu